

Ajuste fiscal sairá depois do 2º turno

■ Medidas foram adiadas para a semana que vem, a pedido dos líderes do PSDB, PFL e PMDB, que temem prejuízos nas eleições

ILIMAR FRANCO E
CESAR FELÍCIO

126

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso adiou para a próxima semana o anúncio do ajuste fiscal. A proposta do governo ficou pronta ontem e foi entregue ao presidente pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante reunião, pela manhã, no Palácio da Alvorada. O adiamento do anúncio do ajuste ocorreu a pedido dos partidos governistas – PSDB, PMDB e PFL – que temem que seus candidatos ao segundo turno dos governos estaduais sejam prejudicados eleitoralmente. “O governo vai enviar o ajuste na próxima semana. O presidente rece-

beu o texto da equipe econômica hoje (ontem) e o está estudando”, afirmou o presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), depois de conversar com Fernando Henrique. No fim da tarde, o presidente informou ao líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), que tinha desmarcado a reunião com os líderes aliados, prevista para hoje, quando seria apresentado o ajuste fiscal.

O porta-voz da presidência, embaixador Sérgio Amaral, no início da noite, confirmou que a reunião foi adiada. “Foi adiada a pedido dos líderes dos partidos que estão envolvidos com as eleições de segundo turno nos estados”, justificou Sérgio Amaral.

Impacto – Desde a semana passada que os governistas articulavam a suspensão desta reunião. Com a equipe econômica prometendo um duro ajuste, os políticos passaram a avaliar que o impacto do anúncio seria negativo para seus candidatos. O desgaste atingiria todos os partidos da base, mas com incidência diferenciada.

No PSDB seriam prejudicados os candidatos Mário Covas (SP), Ricardo Bacha (MS) e Eduardo Azeredo (MG). No PFL, César Maia (RJ), e no PMDB, Antônio Britto (RS). “O presidente não pode anunciar o ajuste fiscal sem conversar antes com os governadores eleitos, sobretudo, os de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais”, argumentou Inocêncio Oliveira.

As conversas entre o presidente Fernando Henrique e os governadores atuais e eleitos, segundo o senador Antônio Carlos Magalhães, vão anteceder a chegada da proposta de ajuste ao Congresso. Estas conversas prévias têm como objetivo dividir responsabilidades com os governadores e evitar que eles fomentem resistências às medidas no Congresso. Os líderes aliados estão preocupados com isso, pois os governadores, sobretudo os eleitos, terão um grande poder de barganha sobre cerca de 40% dos parlamentares – aqueles que não conseguiram se reeleger.

Renegociação – Para diluir os efeitos do ajuste, o PFL tem insisti-

do para que o governo envie ao Congresso, também, a sua proposta de reforma tributária. Se isso ocorrer, acreditam que o governo terá o apoio das entidades empresariais do país para o ajuste. Os governadores afinados com Fernando Henrique têm boa vontade diante do ajuste, mas estão atentos a possíveis perdas de receitas. “Nós já sabemos que o governo federal, empenhado em zelar pela moeda, tem a tentação de adotar medidas antifederativas, mas todas serão discutidas e filtradas no Congresso”, disse o senador e governador eleito Esperidião Amin (PPB-SC).

Antecipando-se a estas dificuldades de negociação entre o gover-

no federal e os estados, o presidente da comissão especial da reforma tributária, deputado Paulo Lustosa (PMDB-CE), previu ontem que será necessário promover uma renegociação das dívidas dos Estados com a União. “No dia 2 de janeiro, prefeitos e governadores vão querer renegociar a rolagem de suas dívidas, eles não tem como pagar”, disse. Lustosa explicou que esta renegociação se transformou numa necessidade devido às condições gerais da economia brasileira. Os estados estão convivendo, neste momento, de um lado, com a queda da arrecadação tributária e, de outro, com a incidência de altas taxas de juros sobre suas dívidas.